“Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado.”*George Orwell*.

O presente artigo discute como a política de Vladimir Putin transformou a memória histórica em instrumento estratégico de poder estatal. Com base em revisão crítica da literatura recente (2022–2025), analisam-se leis de memória, reformas educacionais e a militarização simbólica do passado como dispositivos de consolidação de um discurso histórico hegemónico e autoritário na Rússia contemporânea. Argumenta-se que essa política constitui uma forma de “autoritarismo simbólico”, cujo objetivo é fixar o imaginário coletivo russo em torno de uma narrativa única, patriótica e funcional ao projeto político do regime. A história da Rússia está em disputa — e não apenas nos arquivos. Sob Vladimir Putin, ela foi alçada ao status de política de Estado. Em um contexto de guerra com a Ucrânia, isolamento internacional e reconstrução da identidade nacional, o Kremlin tornou-se curador da memória coletiva russa. Mas esta curadoria tem direção e alvo: ela silencia, reformula e arma o passado para legitimar o presente.

Este texto ancora-se na ideia de que o passado não é apenas algo a ser lembrado, mas também algo que pode ser instrumentalizado. A abordagem aqui adotada combina uma análise qualitativa da legislação vigente, documentos oficiais e materiais escolares, com uma revisão da literatura internacional recente sobre memória histórica e regimes autoritários. A bibliografia inclui estudos de Khlevniuk (2025), Feklyunina (2025), McGlynn (2025) e Belavusau (2022), entre outros, que formam um corpo crítico sobre o uso estratégico da história como ferramenta de governo.

Ao longo das últimas duas décadas, mas com mais força desde 2014, o governo russo adotou um conjunto de políticas de memória com um objetivo claro: consolidar uma narrativa estatal hegemónica. A chamada Lei contra a Reabilitação do Nazismo (128-FZ), assinada por Putin, é emblemática. Sob o pretexto de proteger a “verdade histórica” sobre a Segunda Guerra, ela criminaliza versões alternativas dos eventos, inclusive as que criticam o papel da URSS. A retórica da proteção da memória transforma-se, assim, em instrumento de censura legalizada.

Esta não é uma iniciativa isolada. Leis, reformas educacionais e censura museológica compõem uma estratégia deliberada. Os manuais escolares russos, por exemplo, foram revisados para chamar a invasão da Ucrânia de “operação militar especial” (Sokolov, 2023) e

para retratar Putin como sucessor natural de líderes heroicos como Pedro, o Grande. Stalin, antes figura controversa, agora ressurge como líder pragmático e símbolo de força. A reabilitação simbólica de figuras autoritárias é um sintoma de uma pedagogia histórica que prefere o orgulho à complexidade.

A metodologia deste ensaio é qualitativa e interpretativa. Parte-se da análise de documentos públicos e entrevistas, como as de Vladimir Medinsky (2022), além de eventos registados por fontes como o Washington Post e The Guardian. São consideradas também ações simbólicas, como o encerramento do Museu do Gulag, visto não como caso isolado, mas como sintoma de um regime que pretende controlar não apenas o conteúdo da memória, mas também os espaços de sua evocação.

A chamada "Guerra Patriótica" (1941–1945) tornou-se o centro gravitacional da identidade nacional. Celebrações militares, feriados massivos, museus temáticos e retórica oficial reforçam uma narrativa que associa crítica ao passado à traição à pátria. Historiadores independentes e instituições culturais enfrentam censura, cortes de verba e até encerramento de espaços simbólicos — como o já citado caso do Museu do Gulag em Moscou (The Guardian, 2024).

A literatura académica tem debruçado-se sobre este fenómeno com crescente atenção. Khlevniuk (2025) desenvolve o conceito de "temporalidade da memória", destacando como o governo russo não apenas reescreve o passado, mas o projeta como base para um futuro idealizado. Já Feklyunina (2025) aborda a militarização da memória, na qual o heroísmo bélico substitui o debate histórico. Ambos apontam para uma gestão do tempo histórico que visa apagar ruturas e instaurar uma linha contínua de glória nacional. McGlynn (2025), por sua vez, vê no governo de Putin uma fábrica de "memory makers", ou seja, atores e políticas destinadas a produzir, difundir e fixar um sentido oficial do passado.

A educação histórica tornou-se o campo de operação prioritário desta política. Em 2022, Medinsky, assessor de Putin, declarou que a Rússia "vivia um livro de história" — metáfora que resume bem o projeto pedagógico do regime. Os novos manuais, além de minimizarem episódios como os gulags ou os crimes estalinistas, enfatizam a resiliência, a união e o heroísmo russo. A reformulação curricular prioriza a construção de um perfil cívico baseado em valores de unidade e patriotismo, em detrimento da análise crítica, conforme demonstrado por Medinsky (2022) e pelas alterações nos manuais (Sokolov, 2023).

Estas ações apontam para um tipo específico de controle social: o autoritarismo simbólico. Não se trata apenas de prender opositores, mas de moldar a memória coletiva para que certas perguntas sequer sejam feitas. Como afirma Belavusau (2022), leis de memória não são neutras: são dispositivos de poder que delimitam o que pode ser dito — e pensado — sobre o passado.

Diante disso, é preciso questionar o que está em jogo quando se tenta fixar uma única narrativa histórica. Não se trata apenas de disputas sobre datas ou personagens, mas sobre os sentidos possíveis da nação, da cidadania e da soberania. Ao regular o que pode ser lembrado (e como), o Estado redefine os contornos da legitimidade e do inimigo. A disputa pelo passado é, na verdade, disputa pelo presente e pelo futuro.

Ainda assim, há resistências. Organizações como Historians Without Borders organizam seminários internacionais para debater e denunciar as formas de censura à memória em regimes autoritários (2024). Historiadores no exílio, projetos de arquivo alternativo e redes de pesquisa colaborativa continuam ativos, apesar da perseguição e do isolamento. Em tempos de guerra simbólica, lembrar é, de facto, um ato de resistência.

Este artigo procurou mostrar que a política da memória na Rússia contemporânea é uma estratégia sofisticada de controle social. Ao legislar narrativas, reformular o ensino da história e reinterpretar o passado soviético, o regime atua para construir uma identidade nacional unificada, forte e incontestável. Mas este projeto não é isento de tensões: persiste uma pluralidade de memórias subterrâneas, críticas e alternativas que escapam ao controle do Estado.

Em última instância, o caso russo nos lembra que a memória não é apenas um espelho do que foi, mas um campo de batalha do que pode ser. Preservar a complexidade do passado, resistir à simplificação ideológica e proteger os espaços de dissenso são tarefas urgentes para qualquer sociedade que pretenda manter-se aberta, crítica e democrática. Reescrever o passado não é apenas contar outra história — é também delimitar quem poderá contá-la no futuro. Controlar a memória é, em última instância, definir os limites do imaginável — e, por isso mesmo, torna-se uma das formas mais poderosas de dominação simbólica num regime autoritário.

Referências Bibliográficas

Belavusau, U. (2022). *Law and the politics of memory*. Amsterdam Law School Research Paper. https://pure.uva.nl

Feklyunina, V. (2025). Militarising history: War, memory and identity in contemporary Russia. *Europe-Asia Studies, 77*(4), 589–610. https://doi.org/10.1080/1060586X.2025.2485853

Historians Without Borders. (2024, 15 de novembro). *Politics of history in Russia – Controlled and contested memories*. https://historianswithoutborders.fi

Khlevniuk, O. (2025). Memory politics and temporality in Russia. *British Journal of Sociology, 76*(2), 245–263. https://doi.org/10.1111/1468-4446.13171

Kurbak, A. (2023). Living the last chapter of history: Anxiety as a force for rewriting history textbooks in Putin's Russia (and before). *Memory, Mind & Media, 2*, e20.

McGlynn, J. (2025). *Memory makers: The politics of the past in Putin's Russia*. Routledge.

Medinsky, V. (2022). *Russia is living through a history textbook*. Cambridge Memory, Mind & Media. https://www.cambridge.org

Sokolov, A. (2023, 18 de agosto). Russia revises school textbooks to justify war in Ukraine. *The Washington Post*. https://www.washingtonpost.com

The Guardian. (2024, 14 de novembro). Moscow's Gulag history museum closed amid tightening grip on memory politics. *The Guardian*. https://www.theguardian.com

Zajda, J. (2015). Patriotism, history teaching and history textbooks in Russia: What was old is new again. *Compare, 45*(3), 374–390. https://doi.org/10.1080/03057925.2014.899725